

**Eólica Mangue Seco 2 –
Geradora e Comercializadora
de Energia Elétrica S.A.**

**Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2017 e relatório de revisão**



Relatório de revisão sobre as demonstrações Financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), em 30 de junho de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".



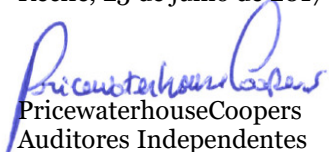
Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Recife, 25 de julho de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" RN


José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1RJ085031/O-o "S" RN

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Balço patrimonial Em milhares de reais

Ativo	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	Passivo e patrimônio líquido	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	18.937	22.438	Fornecedores (Nota 12)	430	492
Contas a receber (Nota 8)	1.320	1.909	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	3.141	3.200
Impostos a recuperar (Nota 10)	358	462	Obrigações trabalhistas e tributárias (Nota 13)	180	809
Despesas antecipadas (Nota 9)	36	52	Conta de ressarcimento – CCEE (Nota 15)	1.981	6.384
	20.651	24.861	Dividendos a pagar		391
			Outras contas a pagar	45	42
				5.777	11.318
Não circulante			Não circulante		
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	7.617	7.365	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	69.230	70.632
Conta de ressarcimento – CCEE (Nota 15)	904	2.900	Provisão para contingências (Nota 16)	113	113
Depósitos judiciais	44	25	Provisão para desmobilização do parque (Nota 24)	3.359	3.335
Imobilizado (Nota 11)	84.133	86.854		72.702	74.080
	92.698	97.144	Total do passivo	78.479	85.398
			Patrimônio líquido (Nota 17)		
			Capital social (Nota 17 a)	35.353	35.353
			Reserva legal	82	82
			Retenção de lucros		1.172
			Prejuízos acumulados	(565)	
			Total do patrimônio líquido	34.870	36.607
Total do ativo	113.349	122.005	Total do passivo e do patrimônio líquido	113.349	122.005

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de seis meses findos em 30 de junho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo líquido do período	<u>(565)</u>	<u>(176)</u>
Outros componentes do resultado abrangente do período		
Resultado abrangente do período	<u><u>(565)</u></u>	<u><u>(176)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de lucros</u>		<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
		<u>Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>		
Em 1º de janeiro de 2016	35.353			(1.525)	33.828
Prejuízo do período				(176)	(176)
Em 30 de junho de 2016	<u>35.353</u>			<u>(1.701)</u>	<u>33.652</u>
Em 1º de janeiro de 2017	35.353	82	1.172		36.607
Dividendos pagos (Nota 17(b))			(1.172)		(1.172)
Prejuízo do período				(565)	(565)
Em 30 de junho de 2017	<u>35.353</u>	<u>82</u>	<u></u>	<u>(565)</u>	<u>34.870</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>30 de junho de 2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>194</u>	<u>(345)</u>
Ajustes de		
Depreciação e amortização	2.726	2.623
Juros, variações monetárias	2.517	2.584
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	589	225
Outros ativos	1.844	(119)
Fornecedores	(62)	219
Conta de ressarcimento – CCEE	(4.403)	1.567
Outros passivos	<u>(601)</u>	<u>542</u>
Caixa gerado pelas operações	2.804	7.296
Juros pagos	(2.517)	(2.584)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(759)</u>	<u>(169)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(472)</u>	<u>4.543</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 11)	<u>(5)</u>	<u>(293)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(5)</u>	<u>(293)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos – principal	(1.461)	(1.822)
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais	<u>(1.563)</u>	<u></u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(3.024)</u>	<u>(1.822)</u>
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(3.501)	2.428
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>22.438</u>	<u>19.848</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>18.937</u>	<u>22.276</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios de seis meses findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas		
Vendas brutas de produtos e serviços	7.208	6.890
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(1.833)	(2.647)
Outras despesas	(284)	(417)
	<u>5.091</u>	<u>3.826</u>
Valor adicionado bruto		
Depreciação e amortização	(2.651)	(2.664)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>2.440</u>	<u>1.162</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.623	1.967
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>4.063</u></u>	<u><u>3.129</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	764	252
Impostos, taxas e contribuições federais	1.031	202
Juros e variações cambiais	2.668	2.697
Aluguéis	165	154
Prejuízo do período	(565)	(176)
Valor adicionado distribuído	<u><u>4.063</u></u>	<u><u>3.129</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações gerais

1 Contexto operacional

A Eólica Mangue Seco 2– Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de Natal –RN, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 2, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela Petróleo Brasileiro S.A.– Petrobrás e pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

<u>Eólica</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Capacidade Instalada (MW)</u>	<u>Potência Assegurada a partir do 2º Quadriênio (MW)</u>	<u>Início 2º quadriênio</u>	<u>Término do contrato CER</u>
Mangue Seco 2	RN	Guamaré	25,2	9,589	Julho de 2016	Junho de 2032

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 25 de julho de 2017.

(a) Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou em 27 de outubro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MW, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. A partir de 1º de julho de 2012 a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia física no contrato, de 12 MWh para a média de geração do quadriênio de 9,589 MW.

Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram e estão apresentadas conforme pronunciamento CPC 21 – Demonstrações intermediárias que tem como objetivo estabelecer o conteúdo mínimo de uma demonstração financeira intermediária e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis somente à companhias abertas. Por decisão da administração a DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 26.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras intermediária requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3. Embora a companhia utilize premissas e julgamentos, revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Seção B - Riscos

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Dentre os temas que a Companhia julga de merecimento de julgamento e acompanhamento regular é a definição, opção e acompanhamento de seu regime tributário (Lucro Real ou Presumido), tanto comparando a opção anual como projetando resultados futuros, que são objeto regulares de comparação e submetidos à avaliação de órgãos de controle por parte de acionistas e conhecimento constante da diretoria e conselho de administração para tomada de decisão, buscando melhor situação fiscal para a empresa.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Vida útil econômica de ativos não financeiros

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão (Nota 26) e nas vidas úteis estimadas de cada bem (Nota 26.5).

(ii) Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais (Nota 26.2). A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(iii) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada ao seu valor justo sendo revisada anualmente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico (Nota 24).

(iv) Contingências

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia podem afetar adversamente a Companhia, independentemente do respectivo resultado final.

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Durante o decorrer dos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis tem risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 30 de junho de 2017				
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	3.141	9.138	27.339	83.208
Fornecedores	430			
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	3.200	9.489	36.525	87.778
Fornecedores	492			

Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016:

	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Total dos empréstimos (Nota 14)	72.371	73.832
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(18.937)	(22.438)
Menos: Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	(7.617)	(7.365)
Dívida líquida (a)	<u>45.817</u>	<u>44.029</u>
Total do patrimônio líquido	<u>34.894</u>	<u>36.607</u>
Total do capital (b)	<u>80.711</u>	<u>80.636</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	<u>56%</u>	<u>54%</u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estimativa do valor justo

A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimos, disponibilidades e recebíveis		
Recursos em caixa e em banco (Nota 6)	4	8
Certificados de depósitos bancários (Nota 6)	18.933	22.430
Contas a receber de clientes (Nota 8)	1.320	1.909
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	7.617	7.365
Depósitos judiciais	44	25
	<u>27.918</u>	<u>31.737</u>
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	72.371	73.832
Fornecedores (Nota 12)	430	492
	<u>72.801</u>	<u>74.324</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Recursos em banco e em caixa (i)	4	8
Certificados de depósitos bancários (ii)	18.933	22.430
	<u>18.937</u>	<u>22.438</u>

- (i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.
- (ii) Os Certificados de depósitos bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação do BNB de curto prazo em 2017 é de 96,79% do CDI e a remuneração da aplicação do Banco do Brasil de curto prazo em 2017 foi de 99,69% do CDI.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Títulos e valores mobiliários

	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Banco do Nordeste do Brasil S.A. – Conta reserva	7.617	7.365

A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, trata-se de uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado e tem rendimento de 95% do CDI.

8 Contas a receber

	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
CCEE – ativo circulante (a)	1.320	1.909
	<u>1.320</u>	<u>1.909</u>

- (a) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia de eólica firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, recebido mensalmente.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

9 Despesas antecipadas

Compreendem as despesas antecipadas com IPTU, taxa de licença anual e despesas com seguros que ainda serão apropriadas.

10 Impostos a recuperar

	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
IRPJ a recuperar	234	203
ISS a recuperar	86	86
PIS		45
CSLL	38	48
IRRF a recuperar		80
	<u>358</u>	<u>462</u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Maquinas, aparelhos e equipamentos</u>	<u>Aero - geradores</u>	<u>Linhas de transmissão</u>	<u>Construções civis</u>	<u>Desmobilização</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2016								
Saldo inicial	5	4	62	70.382	8.751	11.034	2.465	92.703
Aquisições	2	5	13					20
Estorno da provisão ambiental				(320)	(39)	(44)		(403)
Depreciação	(1)	(2)	(6)	(4.207)	(516)	(584)	(150)	(5.466)
Saldo contábil, líquido	6	7	69	65.855	8.196	10.406	2.315	86.854
Em 31 de dezembro de 2016								
Custo	10	15	88	90.488	11.101	12.568	3.112	117.382
Depreciação acumulada	(4)	(8)	(19)	(24.633)	(2.905)	(2.162)	(797)	(30.528)
Saldo contábil, líquido	6	7	69	65.855	8.196	10.406	2.315	86.854
Em 30 de junho de 2017								
Saldo inicial	6	7	69	65.855	8.196	10.406	2.315	86.854
Aquisições	1	4						5
Depreciação		(2)	(4)	(2.097)	(257)	(291)	(75)	(2.726)
Saldo contábil, líquido	7	9	65	63.758	7.939	10.115	2.240	84.133
Em 30 de junho de 2017								
Custo	11	18	88	90.488	11.101	12.568	3.112	117.386
Depreciação acumulada	(4)	(9)	(23)	(26.730)	(3.162)	(2.453)	(872)	(33.253)
Saldo contábil, líquido	7	9	65	63.758	7.939	10.115	2.240	84.133

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Wobben Windpower Indústria e Comércio	367	388
Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A	13	56
SIMM – Soluções integrais em montagem	24	24
RN Segurança	16	14
Outros fornecedores	10	10
	<u>430</u>	<u>492</u>

13 Obrigações trabalhistas e tributárias

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Obrigações trabalhistas	6	6
Retenções na fonte	30	50
PIS	9	15
COFINS	40	74
IRPJ (a)		315
CSLL (a)	95	349
	<u>180</u>	<u>809</u>

- (a) Enquanto em 2017, os valores se referem apenas ao segundo semestre, para 2016 a provisão de IRPJ e CSL contempla todo o exercício.

14 Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	9,50% a.a.	<u>72.371</u>	<u>73.832</u>
Circulante		<u>(3.141)</u>	<u>(3.200)</u>
Não circulante		<u>69.230</u>	<u>70.632</u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2011, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. recursos no montante de R\$ 83.125 para financiamento da construção do Parque Eólico Mangue Seco II, à taxa de juros de 9,50% a.a e com vencimento final em outubro de 2031. Os recursos foram liberados em janeiro e março de 2012. Se o pagamento de juros ocorrer na data de vencimento, há um bônus de adimplência de 25% sobre a taxa de juros, perfazendo 7,125% a.a.

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2017</u>
2018	3.141
2019	2.923
2020	3.169
2021	3.477
2022	3.807
A partir de 2023	<u>52.713</u>
	<u><u>69.230</u></u>

Garantias financeiras

As garantias oferecidas para pagamento da dívida são bens vinculados em alienação fiduciária, fiança, penhor de primeiro grau das ações de sua propriedade, penhor de primeiro grau de direitos emergentes de autorização, constituição da conta reserva, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa.

15 Conta de ressarcimento - CCEE

A provisão apurada conforme os critérios definidos na Nota 26.9 está apresentada conforme demonstrado a seguir:

	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Ativo não circulante (a)	<u>904</u>	<u>2.900</u>
Passivo circulante (b)		
Geração abaixo de 90% (b)	<u>1.981</u>	<u>6.384</u>

- (a) O saldo dessa conta representa o valor acumulado até a presente data, dos ajustes referentes à diferença entre geração a maior e recebimento do contrato com a CCEE. O montante que exceder o limite superior da faixa de tolerância (30% acima do valor assegurado), será ressarcido conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual, recebendo-se apenas 70% do preço contratado sobre o montante do excedente (em MWh). Caso o montante esteja contido na faixa de tolerância (entre o valor assegurado e o limite superior da faixa de tolerância) a Companhia será ressarcida conforme apuração realizada ao final de cada quadriênio, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante acumulado (em MWh).

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (b) Corresponde à parcela da energia gerada a menor, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado), referente a um ano de contrato, adicionada de multa de 15%, contabilizada no passivo circulante.

16 Provisão para contingências

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Notificação por descumprimento de cláusula contratual (a)	<u>113</u>	<u>113</u>

- (a) Em maio de 2012, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE por não ter enviado das medições anemométricas (velocidade e força dos ventos) e climatológicas permanentes dos ventos no local em que se encontra instalada a usina para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE para o período de abril a dezembro de 2011. Esta obrigação encontra-se prevista no Contrato de Energia de Reserva firmado com a CCEE.

O não cumprimento desta obrigação ensejou a aplicação de multa contratual no valor de 1% sobre a receita definida no Contrato de Energia de Reserva para o período supracitado.

A administração da Companhia, suportada pelos seus assessores jurídicos, considera que é provável o desembolso da multa relativa ao período de medição dos meses de abril a setembro de 2011, montando um valor total original de R\$ 105.

O período de outubro a dezembro de 2011 é considerado como de probabilidade de perda remota, uma vez que os dados foram enviados à EPE, embora que de forma intempestiva.

A Companhia apresentou defesa à CCEE, a qual encaminhou o mérito da questão à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL se manifestou, em decisão publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2013, reconhecendo parcialmente o pleito da Companhia. Isto porque, pela decisão da ANEEL, a multa de 1% passará a ser calculada com base na receita fixa mensal do contrato pelo período em que foi verificado o atraso na medição de tais dados, e não mais sobre o valor de 1% da receita definida no Contrato de Energia de Reserva para o período correspondente.

A diferença do valor da multa, entre o resultado do cálculo com base no Contrato de Energia de Reserva e resultado do cálculo com base na receita fixa mensal, foi estornada na contabilidade, ficando evidenciando somente o que é realmente devido segundo o parecer da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 30 de junho de 2017, a administração da Companhia, suportada pelos seus assessores jurídicos, considera que o montante de causas possíveis de perda é composta de R\$ 2.550* (2016 – R\$ 2.558), não auditado.

*Informação não auditada

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Contudo, a parte sob a responsabilidade exclusiva da Companhia nas referidas ações corresponde ao montante de R\$ 850. As causas que apresentam probabilidade de perda possível são: (i) Processo nº 0101638-69.2013.8.20.0105 do Autor Luiz Antônio de Melo, que tramita na vara única de Macau/RN e o valor atualizado da sua causa é de R\$ 2.240, sendo que a parte referente a MS2 corresponde a R\$ 747; e (ii) Processo nº 0001525-44.2012.820.0105 do autor Francisco Pereira Olegário e réu Eólica Mangue Seco 2, que tramita na vara única de Macau-RN e o valor atualizado da causa é de R\$ 310, sendo que a parte referente a Companhia corresponde a R\$ 103.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2017 e 2016 é de R\$ 35.353 e está representado por 35.352.931 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia. O acionista Petróleo Brasileiro S.A. detém 51 % das ações e o acionista Centrais Elétricas Brasileira S.A. detém 49% das ações.

(b) Destinação do lucro

De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social.

Do saldo, ajustado na forma do art. 202 da lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral, após ouvido o Conselho de Administração.

Em 2017, foi distribuído aos acionistas R\$ 1.172, referente a retenção de lucros de exercício anterior.

18 Receita operacional líquida

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Receita com geração de energia elétrica	<u>7.208</u>	<u>6.890</u>
Impostos sobre o faturamento		
PIS	(47)	(45)
COFINS	<u>(217)</u>	<u>(207)</u>
Total de impostos sobre o faturamento	<u>(264)</u>	<u>(252)</u>
Receita líquida	<u><u>6.944</u></u>	<u><u>6.638</u></u>

A receita com venda de energia elétrica no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Custos com geração de energia

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Depreciação	2.651	2.660
Encargos Setoriais – TUSD	388	392
Servidão de passagem e aluguéis	149	139
Representação CCEE e NOS	105	190
Custo com pessoal requisitado	50	111
Vigilância e segurança	126	106
Serviço de manutenção do parque (a)	826	813
Serviço de manutenção do parque - BoP	159	134
Custo de devolução por não atingir meta (CCEE) (b)		660
Desmobilização do parque Eólico	75	75
Demais custos	149	169
	<u>4.678</u>	<u>5.449</u>

- (a) Refere-se substancialmente ao contrato de manutenção firmado com a WobbenWindpower Indústria e Comércio (Nota 12);
- (b) Corresponde à provisão da multa (15%) referente ao não atingimento da meta de fornecimento da energia contratada (Nota 26.9).

20 Despesas Operacionais:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Despesas administrativas (a)	184	135
Despesas com pessoal (b)	714	474
Serviços de terceiros (c)	99	93
Despesas tributárias (d)	6	102
	<u>1.003</u>	<u>804</u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Despesas administrativas:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Despesas com viagens	58	27
Aluguéis	16	16
Despesas com seguros	10	4
Contribuições a associações		4
Locação de veículos	22	18
Utilidades (água, luz, telefone e internet)	18	13
Outras	60	53
	<u>184</u>	<u>135</u>

(b) Despesas com pessoal

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Honorários da diretoria (Nota 23)	257	167
Despesa com conselheiros	85	85
Despesa com funcionário requisitado	355	139
INSS - previdência social	17	17
Locação de mão de obra		66
	<u>714</u>	<u>474</u>

(c) Serviços de terceiros

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Assessoria jurídica	64	56
Assessoria contábil	26	30
Serviço de auditoria	9	7
	<u>99</u>	<u>93</u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Despesas tributárias

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
ICMS – Diferencial de alíquota	1	
IOF	5	9
COFINS sobre outras receitas (i)		79
PIS sobre outras receitas (i)		14
	<u>6</u>	<u>102</u>

(i) Conforme decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015, a Companhia passou a apurar PIS e COFINS sobre a receita financeira, com os efeitos produzidos a partir de 1º de julho de 2015.

21 Receitas e despesas financeiras

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Despesa de juros sobre empréstimos	(2.517)	(2.584)
Outras despesas financeiras	(175)	(113)
Despesas financeiras	<u>(2.692)</u>	<u>(2.697)</u>
Receita de juros sobre aplicações financeiras	1.623	1.795
Receitas financeiras	<u>1.623</u>	<u>1.795</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(1.069)</u>	<u>(902)</u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda (IR) e a contribuição social (CSLL) foram calculadas no lucro presumido, aplicando-se a presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% de adicional para o IRPJ e de 9% para a CSLL. No mesmo período de 2016 a Companhia estava enquadrada no lucro real anual e o imposto foi calculado a alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica e a contribuição social sobre o lucro (CSLL) foi calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

	<u>30 de junho de 2017</u>
Receita bruta de vendas	7.249
Presunção imposto de renda – 8% (a)	580
Presunção contribuição social – 12%(b)	870
Demais receitas e ganhos de capital (c)	1.612
Base de Cálculo - IRPJ (a) + (c)	<u>2.192</u>
Imposto de renda: 15%	329
Adicional do imposto de renda: 10%	207
Total de IRPJ (i)	<u>536</u>
Base de Cálculo – CSLL	<u>2.482</u>
Contribuição social: 9%	<u>223</u>
Total de CSLL (ii)	<u>223</u>
Imposto de renda e contribuição social (i) + (ii)	<u><u>759</u></u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar refere-se a honorários da diretoria por serviços prestados, está apresentada a seguir:

	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>30 de junho de 2016</u>
Honorários da diretoria (Nota 20 (b))	257	167
Conselheiros de Administração	<u>52</u>	<u>52</u>
	<u>309</u>	<u>219</u>

(b) Banco do Nordeste do Brasil

Principal e juros pagos em 30 de junho:

	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>30 de junho de 2016</u>
Principal	1.447	874
Juros	2.530	1.329

A Companhia possui um saldo de empréstimo no seu passivo circulante de R\$ 3.141 (2016 – R\$ 3.200) e no seu passivo não circulante de R\$ 69.230 (2016 – R\$ 70.632) junto ao Banco do Nordeste do Brasil (Nota 14).

	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>30 de junho de 2016</u>
Aplicação financeira	912	2.113

(c) Banco do Brasil

	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>30 de junho de 2016</u>
Aplicação financeira	18.020	20.155

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Provisão para desmobilização

Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma contratou a empresa Vertu Assessoria e Avaliações Ltda. que apresentou um laudo técnico precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica. O estudo apontou que o custo aproximado de desmontagem do parque seria um valor de R\$ 3.311. O valor é atualizado trimestralmente de acordo com o Índice Geral de Preços do Mercado – (IGP-M). Em 30 de junho de 2017 o mesmo foi atualizado resultando em uma provisão de R\$ 3.359 (2016 – R\$ 3.335).

25 Seguros (não revisado)

As coberturas de seguros em 30 de junho de 2017 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados:

Ramos	Importâncias seguradas
Riscos operacionais	125.073
Responsabilidade civil	15.000

Seção C - Políticas contábeis

26 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período de três meses apresentados, salvo disposição em contrário.

26.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

26.2 Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

26.4 Títulos e valores mobiliários

Depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras.

26.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela Aneel através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, limitada ao prazo de concessão, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Aerogeradores	20
Linhas de transmissão	20
Construções civis	20
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 26.6).

26.6 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

26.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

26.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

26.9 Conta de ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

- a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerrou-se em 30 de junho de 2016;
- b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

26.10 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

26.11 Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia, em 2016, adotou o regime de tributação “Lucro Real Anual” e para o exercício de 2017 a Companhia adota o regime do “Lucro Presumido”.

26.12 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

26.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

(a) Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

26.14 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

* * *